
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUAS DE SINOP S.A.

entre

ÁGUAS DE SINOP S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

e, ainda,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Fiadora

Datado de
29 de janeiro de 2015



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUAS DE SINOP S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

ÁGUAS DE SINOP S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede no Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Rua das Nogueiras, nº 800, Setor Comercial, CEP 78.550-226, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 20.930.953/0001-66, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão ("Debenturistas");

e, ainda, na qualidade de interveniente,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B", com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01451-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.827.501/0001-58, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Aegca" ou "Fiadora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Águas de Sinop S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:



Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2015 ("AGE"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, conforme definido abaixo, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Emissão, a Oferta Restrita e a Fiança foram aprovadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Aegea, realizada em 29 de janeiro de 2015 ("RCA da Aegea").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos requisitos abaixo.

2.1. Enquadramento da Emissão para fins de financiamento de ações relacionadas a saneamento ambiental

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 9º-B, parágrafo 1º, da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.827, de 30 de março de 2001, e inciso "xxi" do artigo 2º do Regulamento Anexo à Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010 ("Resolução CMN 3.932"), para implementação dos Projetos, relacionados a ações de saneamento ambiental, conforme descrito na Cláusula 3.3.1. abaixo.

2.2. Dispensa de Registro na CVM

2.2.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.3.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do §1º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", de 30 de janeiro de 2014, atualmente em vigor ("Código ANBIMA"). Não obstante, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito até a data de envio do comunicado de encerramento da Oferta Restrita à CVM.

2.4. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários

2.4.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso ("JUCEMAT") e publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso ("DOEMT") e no jornal "Diário Regional", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. A ata de RCA da Aegea será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no "Diário Comercial SP", nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial

2.5.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMAT, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, obrigando-se a Emissora a enviar, ao Agente Fiduciário: (i) cópia (em formato PDF), enviada por meio eletrônico desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCEMAT, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento; e (ii) uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCEMAT em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento.

2.6. Registro das Garantias

2.6.1 Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas nos termos aqui previstos, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e do Município de São Paulo, Estado de São Paulo (em conjunto "CDTs"), obrigando-se a Emissora a enviar, ao Agente Fiduciário: (i) cópia (em formato PDF), enviada por meio eletrônico desta Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos CDTs em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento; e (ii) uma via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos CDTs em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento.

2.7. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.7.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP.

2.7.2. As Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.7.3. Não obstante o descrito na Cláusula 2.7.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social consiste em realizar, em caráter de exclusividade, sob regime de concessão, na qualidade de sociedade de propósito



específico, serviços públicos municipais de abastecimento e esgotamento sanitário, que compreendem projeto, construção, operação e manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção, tratamento, adução preservação e distribuição de água, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos, o atendimento aos usuários, bem como a prestação de serviços complementares, no âmbito urbano do Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso, nos termos da adjudicação objeto da licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Sinop, nos moldes do Edital de Concorrência Pública sob n.º 002/2014, Processo n.º 001/CEL-CSAE/2014, compreendendo: (a) operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, englobando a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição, compreendido através de execução direta ou mediante contratação de terceiros, o tratamento, a adução e a distribuição de água potável e de coleta, o transporte, o afastamento, a interceptação, o tratamento e a destinação final de esgotos sanitários, no âmbito do Município de Sinop; (b) gestão dos sistemas organizacionais e comerciais, incluindo leitura de hidrômetro, faturamento, cobrança, inibidor a fraude, gerenciamento de parque de hidrômetros e atendimento ao público em sistema de água e esgoto, bem como a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários; (c) elaboração de projetos de engenharia, gerenciamento de terceiros, execução de obras de manutenção, conservação, ampliação e modernização do sistema concedido, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável; (d) prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da Emissora; e (e) instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Garantia Fidejussória

3.5.1. Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nesta Escritura, incluindo o Valor Nominal Unitário Atualizado, a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como todos os acessórios ao principal, incluindo indenizações, custos e/ou despesas (observado o disposto na



Cláusula 8.7 abaixo) e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário c/ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, nas datas previstas nesta Escritura, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos desta Escritura ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com garantia fidejussória representada por fiança prestada neste ato pela Fiadora ("Fiança"), a qual se obriga por este instrumento e na melhor forma de direito, perante os Debenturistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, por todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos desta Escritura.

3.5.2. A Fiadora renuncia expressamente a todos e quaisquer benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.5.3. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.5.4. A Fiadora presta a Fiança aqui referida de forma solidária e em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Fiadora e seus sucessores a qualquer título pelo cumprimento integral das Obrigações Garantidas, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.5. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer valores devidos aos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.6. As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data do respectivo vencimento, de qualquer Obrigação Garantida. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.

3.5.7. O pagamento citado na Cláusula 3.5.6 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.5.8. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

3.5.9. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.5.10. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, sendo certo que a Fiadora somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

3.5.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação do prazo de vencimento final das Debêntures.

3.5.12. As obrigações da Fiadora aqui assumidas permanecerão válidas e eficazes mesmo na ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as Obrigações Garantidas, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou alteração dos termos e condições das Debêntures acordado entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência.

3.5.13. As Partes desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo como data de vencimento a data do pagamento integral do valor total das Obrigações Garantidas.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Águas de Sinop S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados,

ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes especialmente, mas não limitadamente, de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM e na ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições desta Escritura.

3.6.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Qualificados que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Qualificados nesse período.

3.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).



3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados a cumprir com o programa de investimentos referente aos Projetos, nos termos do Contrato de Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento Sanitário do Município de Sinop – Concorrência Pública nº. 02/2014 – Processo nº. 001/CEL-CSAE/2014 – Termo de Contrato nº 096/2014, celebrado em 19 de setembro de 2014, entre a Emissora e o Município de Sinop, na qualidade de poder concedente, e respectivos aditivos, conforme aplicável (“Contrato de Concessão”).

3.8.2. Para os fins desta Escritura, consideram-se “Projetos”, a prestação dos serviços, a serem realizados pela Emissora no Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, conforme previsto no Contrato de Concessão, que seguirá o cronograma físico-financeiro, o qual integra esta Escritura sob a forma de Anexo I (“Cronograma Físico Financeiro”).

3.8.3. A implementação dos Projetos já está em curso, sendo que o encerramento do cronograma físico-financeiro é estimado para dezembro de 2017, podendo ocorrer em prazo inferior, a critério da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 05 de fevereiro de 2015 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Forma, Emissão de Certificados e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de fevereiro de 2018 (“Data de Vencimento”).

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 7.800 (sete mil e oitocentas) Debêntures.

4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil (“TR” e “BACEN”, respectivamente), cuja data de aniversário será todo dia 05 (cinco) de cada mês (“Data de Aniversário”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator resultante do produtório das TR's utilizadas, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

onde:

n = Número total de TR's consideradas entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização, sendo n um número inteiro;

TR_k = Taxa Referencial da Data de Aniversário divulgada pelo BACEN entre a Data de Emissão ou a última Data de Aniversário, conforme o caso, e a data de atualização, sendo certo que TR_k utilizada para o primeiro período será referente ao dia 05 de fevereiro de 2015;

Dup_k = Número de Dias Úteis compreendidos entre a Data de Emissão ou a Data de Aniversário anterior e a data de cálculo, para o primeiro período da TR_k utilizada e a data do cálculo, limitado ao número de Dias Úteis total de vigência da TR_k , sendo dup_k um número inteiro;

Dut_k = Número total de Dias Úteis entre a Data de Aniversário anterior e a próxima Data de Aniversário, sendo dut_k um número inteiro.

4.2.1.2 Fica acordado que o Valor Nominal Unitário será atualizado entre a Data de Emissão e a primeira Data de Aniversário, qual seja, 05 de março de 2015, pela TR divulgada no dia 05 de fevereiro de 2015, sendo certo que a partir dessa data será utilizada a TR referente à Data de Aniversário.

4.2.2. Remuneração

4.2.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 11,75% (onze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Spread"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração"), calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração devido ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento,;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de

$$\text{Fator de Juros} = \left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{252}}$$

acordo com a seguinte fórmula:



onde:

i ou $Spread = 11,7500$ (onze inteiros e setenta e cinco centésimos); e

dup = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.2.2.2 Na hipótese de elevação na taxa de juros incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física) ("Cupom de Remuneração") a um patamar acima de 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, o *Spread* será majorado nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à elevação do Cupom de Remuneração. Caso, após a ocorrência de majoração, ocorra redução no Cupom de Remuneração, o *Spread* será reduzido nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à redução do Cupom de Remuneração, ficando desde já acordado e aceito pelas Partes que tal redução está limitada, em qualquer hipótese, ao valor mínimo de *Spread* equivalente a 11,75% (onze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

4.2.2.3. A majoração ou redução do *Spread*, conforme o caso, deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário à CETIP, em até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da ocorrência da majoração ou redução, conforme o caso, do Cupom de Remuneração ("Novo Cupom de Remuneração"). Na hipótese de ocorrência de Novo Cupom de Remuneração, fica desde já certo e ajustado que a Remuneração passará a ser calculada, considerando a majoração ou redução do *Spread*, conforme o caso, após 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da vigência do Novo Cupom de Remuneração ("Data de Alteração do Spread") até o efetivo pagamento na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 5.2. abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo ou (d) das hipóteses de resgate antecipado previstas nas Cláusulas 4.2.4 e 4.2.2.6 abaixo).

4.2.2.4. A majoração ou redução do *Spread*, conforme o caso, será formalizada pelas Partes mediante aditamento desta Escritura, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2.2.5. Sempre que houver majoração ou redução do *Spread*, a Remuneração deverá ser calculada da seguinte forma: (i) entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data de Alteração do *Spread* (exclusive), utilizar-se-á o *Spread* vigente até a Data de Alteração do *Spread*, e (ii) a partir da Data de Alteração do *Spread* (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente, utilizar-se-á a majoração ou redução do *Spread*, conforme o caso, considerando-se o Novo Cupom de Remuneração.

4.2.2.6. Na hipótese de majoração do *Spread*, nos termos da Cláusula 4.2.2.2 acima, fica facultado à Emissora, a seu exclusivo critério, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o



resgate da totalidade das Debêntures, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado ainda que: (i) o resgate ocorrerá mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, à CETIP e ao Agente Fiduciário ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos com relação à data do referido resgate; e (ii) não será devida, pela Emissora, aos Debenturistas, quaisquer montantes a título de multa ou prêmio de qualquer natureza em razão do referido resgate.

4.2.2.7 Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice aplicável aos depósitos de poupança, os valores devidos nos termos desta Escritura passarão a ser reajustados pelo índice que vier a ser usado para o reajuste da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). No caso de extinção da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), adotar-se-á, como parâmetro de reajuste das parcelas, o investimento que for expressamente indicado por lei ou pelo Governo Federal para tomar o seu lugar, utilizando-se o índice que for aplicado para esse investimento, ou, na falta de investimento que o substitua, o índice que vier a ser fixado por lei ou pelo Governo Federal ou, ainda na falta de índice fixado por lei ou pelo Governo Federal, o índice que venha a substituir a TR no âmbito das operações no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tratadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010 ("Taxa Substitutiva das Debêntures").

4.2.2.8 Caso não haja possibilidade de substituição da TR, nas hipóteses elencadas na Cláusula 4.2.2.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data em que a TR foi extinta ou deixou de ser aplicável, Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula IX desta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observa a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Nova Taxa das Debêntures"). Até a deliberação da Nova Taxa das Debêntures, será utilizado, para cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última TR divulgada oficialmente, nos termos da Cláusula 4.2.2.3. acima, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, da Fiadora ou dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da TR, se houver, observado que, no caso de não haver definição da Nova Taxa das Debêntures nos termos aqui estabelecidos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.5 abaixo.

4.2.3 Em havendo a adoção de Taxa Substitutiva das Debêntures ou da Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, fica desde já certo e ajustado que o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente (i) nos termos da Cláusula 4.2.1.1 acima, desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de adoção de novo índice substitutivo, exclusive, e (ii) pela Taxa Substitutiva das Debêntures ou pela Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, a partir da data de adoção da Taxa Substitutiva das Debêntures ou da Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou

Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Emissora e os Debenturistas declaram e reconhecem que a substituição do índice não importará em novação.

4.2.4 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.2.2.3 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a definição da Nova Taxa das Debêntures, a Emissora deverá, obrigatoriamente, realizar o resgate da totalidade das Debêntures, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, na data em que for constatada tal impossibilidade. Nesta hipótese, a Emissora deverá pagar, aos Debenturistas, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, o montante equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo resgate, utilizando-se, nesse caso, o percentual correspondente à última TR divulgada oficialmente, observado ainda que não será devida, pela Emissora, aos Debenturistas, quaisquer montantes a título de multa ou prêmio de qualquer natureza em razão do referido resgate.

4.2.5 Não obstante o disposto acima, caso a TR venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.2.23, esta não será mais realizada e a TR então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.2.6 Para fins da presente Escritura: (i) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia com exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais; (ii) a expressão “Período de Capitalização” significa o período de capitalização da Remuneração, correspondente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, ou da Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na Data de Pagamento da Remuneração.

4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos anualmente, todo mês de fevereiro, sendo o primeiro pagamento devido no dia 05 de fevereiro de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 5.2. abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo ou (d) do resgate antecipado previsto na Cláusula 4.2.5 acima) (“Data de Pagamento da Remuneração”).

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.4.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado será integralmente amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo ou (d) das hipóteses de resgate antecipado previstas nas Cláusulas 4.2.6 e 4.2.2.6 acima).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, ou no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas (observado o disposto na Cláusula 8.7 abaixo) incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.9. Colocação, Forma, Preço e Prazo de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, observado o disposto no Contrato de Colocação.

4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, e observadas as condições previstas no Contrato de Colocação.

4.9.3. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.10. Repactuação

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOEMT e no jornal "Diário Regional" ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.aguasdesinop.com.br) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

4.12. Liquidez e Estabilização

50

JURÍDICO AGEN
MV

6

9

k

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.15. Classificação de Risco

4.15.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V

AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

5.2. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo após decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

5.2.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.2.1 acima e observadas as disposições das Cláusulas 5.3.1 e seguintes abaixo, a Emissora desde já se obriga a efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures caso, durante a vigência das Debêntures, seja contratado (e desde que ocorra o efetivo desembolso), pela Emissora, qualquer financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, Caixa Econômica Federal, outras instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e/ou instituições financeiras privadas ("Financiamento de Longo Prazo"), em montante equivalente a, no mínimo, o saldo devedor das Debêntures no momento da contratação do referido Financiamento de Longo Prazo ("Resgate Antecipado Obrigatório").

5.2.3. Não será admitido Resgate Antecipado Facultativo parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures.

5.2.4. O Resgate Antecipado Facultativo e o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerão mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, à CETIP e ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Resgate Antecipado"), com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos com relação à data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso ("Data do Resgate Antecipado"). A Comunicação de Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura.

5.2.4.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado"), sendo que as Partes concordam que, caso a Emissora não respeite o prazo estabelecido na Cláusula 5.2.4 acima, haverá incidência prêmio a ser pago pela Emissora em razão do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório equivalente a 2% (dois por cento) incidentes sobre o Valor do Resgate Antecipado.

5.2.4.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso.

5.2.4.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.2.5. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.6. A Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, deverá ser, obrigatoriamente, um Dia Útil e, caso a respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, não seja um Dia Útil, a Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, será transferida para o Dia Útil imediatamente seguinte.

5.3. Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória

5.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo, após decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário Atualizado, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do referido valor, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa").

5.3.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.3.1 acima, caso seja contratado (e desde que ocorra o efetivo desembolso), pela Emissora, um Financiamento de Longo Prazo, em montante inferior ao saldo devedor das Debêntures no momento da referida contratação, a Emissora desde já se obriga a efetuar a amortização obrigatória das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, em montante equivalente aos recursos captados por meio do referido Financiamento de Longo Prazo ("Amortização Extraordinária Obrigatória").

5.3.3. A Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, ocorrerão mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, à CETIP e ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos com relação à data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso ("Data da Amortização Extraordinária"). A Comunicação de Amortização Extraordinária poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta aos Debenturistas ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura.

5.3.3.1. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data da Amortização Extraordinária, devendo tal amortização abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Valor da Amortização Extraordinária"), sendo que as Partes concordam que, caso a Emissora não respeite o prazo estabelecido na Cláusula 5.3.3 acima, haverá incidência prêmio a ser pago pela Emissora em razão da Amortização Antecipada

Facultativa ou da Amortização Antecipada Obrigatória equivalente a 2% (dois por cento) incidentes sobre o Valor da Amortização Antecipada.

5.3.3.2. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso.

5.3.3.3 Caso ocorra a Amortização Extraordinária Facultativa ou a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.3.3.4. A Data da Amortização Extraordinária Facultativa ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, deverá ser, obrigatoriamente, um Dia Útil e, caso a respectiva Data da Amortização Extraordinária, não seja um Dia Útil, a Data da Amortização Antecipada será transferida para o Dia Útil imediatamente seguinte.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado Automático

6.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 e 6.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Automático”):

- (a) (i) apresentação, por parte da Emissora e/ou da Fiadora e/ou das Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ou (ii) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo requerimento;



- (b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou das Controladas Relevantes; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou das Controladas Relevantes; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou das Controladas Relevantes, desde que não elidido no prazo legal; e/ou (iv) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Fiadora, incluindo acordo de credores;
- (c) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, desde que não sanada no prazo de 02 (dois) Dias Úteis, contados da data em que referida obrigação pecuniária deveria ter sido originalmente cumprida;
- (d) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura;
- (e) cessação pela Emissora e/ou pela Fiadora de sua atividade empresarial ou adoção de medidas societárias voltadas a sua liquidação, dissolução ou extinção;
- (f) caso esta Escritura, qualquer outro documento relacionado à Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais sejam revogados, rescindidos, anulados ou deixem de estar em pleno efeito e vigor,
- (g) caso a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer das Controladas Relevantes deixem de ser controladas, direta ou indiretamente por Carlos Moraes Toledo Participações Ltda. e LIV Participação e Empreendimento Ltda., sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (h) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, alienação ou cessão de ações, promessa de alienação ou de cessão de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, a Fiadora e qualquer das Controladas Relevantes, exceto (i) se a referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, alienação ou cessão de ações, promessa de alienação ou de cessão de ações, ou outra forma de reorganização societária: (i.a) houver sido aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (i.b) for realizada, exclusivamente entre a Emissora, a Fiadora e qualquer de suas controladas, na data da reorganização societária em questão; (ii) pela alienação, pelos atuais acionistas da Emissora, de ações representativas do capital social total e votante da Emissora em quantidade equivalente a até 49% (quarenta e nove por cento) da totalidade das ações de emissão da Emissora, desde que tal alienação ocorra exclusivamente para sociedade(s) (ou sociedades integrantes do grupo econômico destas sociedades)

que detenha(m) participação societária em sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Fiadora; (iii) pela alienação, pela Fiadora, de ações representativas do capital social total e votante das Controladas Relevantes, em quantidade equivalente a até 30% (trinta por cento) da totalidade das ações de emissão da Controlada Relevante em questão; ou (iv) pela reorganização societária envolvendo a Fiadora, desde que não ocorra alteração do controle, direto ou indireto, nos termos do item (g) acima, e desde que a reorganização ocorra somente entre os atuais acionistas da Fiadora e/ou Sociedades Pertencentes aos Atuais Acionistas da Fiadora. Para fins dessa cláusula considera-se "Sociedades Pertencentes aos Atuais Acionistas da Fiadora": (i) quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente por Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. ou L.I.V. Participação e Empreendimentos Ltda., e (ii) quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente por International Finance Corporation – IFC ou GIC Private Limited, ou fundos cujo gestor seja o International Finance Corporation – IFC ou GIC Private Limited;

- (i) decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, em valor individual ou agregado superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso de obrigações da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de obrigações da Fiadora;
- (j) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com quaisquer terceiros, em valor individual ou agregado superior a: (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso de obrigações da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de obrigações da Fiadora, desde que não sanada no prazo de 02 (dois) Dias Úteis;
- (k) extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão, nos termos ali previstos;
- (l) transformação da Emissora e ou da Fiadora em sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (m) redução de capital social da Emissora sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) a não realização Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso;
- (o) se a Fiança for: (a) questionada pela Emissora e/ou pela Fiadora; (b) anulada, considerada nula, ou inválida; ou se (c) de qualquer forma, deixar de existir, for

rescindida ou transferida, por qualquer motivo, desde que, em qualquer das hipóteses a Fiança não seja substituída por outra garantia previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora das respectivas obrigações assumidas nesta Escritura, sem a aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e
- (q) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora e/ou a Fiadora, que condene a Emissora e/ou a Fiadora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, exceto se no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado a partir da data fixada para o respectivo pagamento os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem.

6.1.2. Para os fins desta Escritura, “Controladas Relevantes” significa qualquer sociedade integrante do grupo econômico da Emissora que, na data da ocorrência do respectivo Evento de Inadimplemento, represente, no mínimo, 10% (dez por cento) do faturamento consolidado da Fiadora, com base nas últimas informações anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Fiadora.

6.1.3. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos previstos na Cláusula 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, assim que ciente, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, informando tal acontecimento.

6.2. Vencimento Antecipado Não Automático

6.2.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2.2 a 6.2.4 e 6.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.2.2 abaixo, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Não Automático” e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os “Eventos de Inadimplemento”)

- (a) (i) apresentação, por parte das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ou (ii) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial das respectivas



controladas da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo requerimento;

- (b) (i) decretação de falência das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) pedido de autofalência formulado por qualquer das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora; (iii) pedido de falência de qualquer das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora, desde que não elidido no prazo legal; e/ou (iv) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer das controladas da Emissora e/ou da Fiadora, incluindo acordo de credores;
- (c) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que referida obrigação não pecuniária deveria ter sido cumprida, observado que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (d) caso se revelem falsas, incorretas e/ou omissas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (e) protesto de títulos cujo pagamento seja responsabilidade da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, exceto se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de intimação do protesto, (i) a Emissora e/ou a Fiadora, conforme aplicável, comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) os efeitos do protesto forem suspensos por decisão judicial;
- (f) ocorrência de qualquer evento que tenha, com relação à Emissora ou à Fiadora, conforme aplicável: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira ou de outra natureza, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; ou (ii) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, bem como dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita ("Efeito Adverso Relevante"), sendo certo que a Emissora ou a Fiadora, conforme o caso, terão o direito de apresentar explicações sobre tal Efeito Adverso Relevante em até 2 (dois) Dias Úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures;

- (f) autuações impostas à Emissora e/ou à Fiadora pelos órgãos governamentais de caráter socioambiental, em valor individual ou agregado igual ou superior ao montante de (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (g) autuações impostas à Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal ou de defesa da concorrência, dentre outros, cujo somatório seja igual ou superior ao montante de (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (h) existência de execuções judiciais de qualquer natureza, contra a Emissora e/ou a Fiadora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data da citação, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora;
- (i) na hipótese de ser constatado atraso do Cronograma Físico Financeiro não justificado em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura, em montante superior a percentual equivalente a 30% (trinta por cento) e, após realização da nova verificação dos Projetos realizada pelo Consultor em razão do atraso referido nesta Cláusula, ser constatado indícios materiais de que a Emissora não cumprirá com os prazos estabelecidos no Cronograma Físico Financeiro;
- (j) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- (k) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus respectivos acionistas, pela Emissora ou pela Fiadora, caso a Emissora e/ou a Fiadora estejam em mora com qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) existência de ato de autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, propriedades ou ações representativas do capital social da Emissora ou da Fiadora, ou ainda ativos que representem, respectivamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do faturamento da Emissora ou do faturamento consolidado da Fiadora, conforme aplicável;



(m) não observância, pela Fiadora, dos índices financeiros (“Índices Financeiros”) indicados a seguir, a serem calculados pela Fiadora e acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a verificação será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Fiadora a partir do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2015 e o Agente Fiduciário deverá realizar referido acompanhamento, nos termos da Cláusula 7.2, item (a), alínea (iii), abaixo:

(i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,5; e

(ii) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deve ser igual ou maior a 1,3.

(n) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e pela Fiadora, exceto caso a Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, e desde que, durante esse prazo, não haja a cassação ou a suspensão da referida decisão. O prazo estabelecido nesta alínea será contado a partir da data de: (i) publicação, no Diário Oficial, da não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, conforme o caso; ou (ii) recebimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.

6.2.1.1. Para fins desta Escritura:

(a) “Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras;

(b) “Dívida Total”: significa, com relação à Fiadora a somatória de (I) todos os endividamentos da Fiadora no que diz respeito a empréstimos tomados junto a qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (II) todas as obrigações da Fiadora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários da mesma natureza; (III) todas as obrigações da Fiadora, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos dos referidos contratos de *leasing* registrados como “leasing de bens do imobilizado”, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos;

(c) “EBITDA”: significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Fiadora, acrescido de todos os valores



atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas nos últimos 12 (doze) meses; e

- (d) “Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)”: representa a capacidade de pagamento da dívida da Emissora e é calculado como o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais, acrescido das captações de dívida, aporte de capital e saldo inicial em caixa e em aplicações financeiras, dividido pelo serviço da dívida da Fiadora, que incluem o pagamento de juros e do principal da Dívida Total, sendo certo que o ICSD deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses baseado nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de cada exercício social.

6.2.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo permitido por lei, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX desta Escritura e o *quórum* específico estabelecido na Cláusula 6.2.3 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma da Cláusula 9.1.1 abaixo.

6.2.3. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.2.2 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem pelo não vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.2.2 acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, ou em caso de não instalação em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, comunicação à Emissora nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

6.3. Obrigação de Resgate das Debêntures por conta de Vencimento Antecipado

6.3.1. Em caso de declaração de vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso,



até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XI abaixo ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula XI abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração assinada pelo diretor estatutário da Emissora, nos termos de seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VI e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;
 - (ii) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da respectiva solicitação ou em menor prazo, conforme previsto nesta Escritura;
 - (iii) em tempo hábil, as informações veiculadas nos termos previstos na Cláusula 4.11 acima;
 - (iv) em até 2 (dois) Dias Úteis, contado da respectiva ocorrência, a contratação do Financiamento de Longo prazo;
 - (v) no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária nos termos ou condições desta Escritura;

- (vi) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
- (vii) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) recebida;
- (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (f) informar por escrito ao Agente Fiduciário, na mesma data da convocação, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (g) informar por escrito ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) disponibilizar, na rede mundial de computadores da Emissora, cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, observados os prazos estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor;
- (j) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência, sobre qualquer evento que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (l) comparecer a Assembleias Gerais sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o

pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;

- (n) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, entregando ao Agente Fiduciário os comprovantes, quando solicitado;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (r) obter e manter sempre válidas e em vigor as licenças ambientais necessárias para o Projeto, conforme seu estágio de desenvolvimento;
- (s) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- (t) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável;
- (u) arcar com todos os custos decorrentes: (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação das aprovações e dos atos societários necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como à constituição da Fiança; (iii) de registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura; e (iv) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta Restrita;

- (v) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos da Instrução CVM 476:
- (i) preparar as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
 - (ii) submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento do seu exercício social. Divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
 - (v) observar as disposições da Instrução da CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (vi) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP;
 - (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
 - (viii) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
 - (w) manter em vigor todos os contratos e instrumentos de financiamento necessários para a condução de seus negócios (inclusive, sem limitação, documentos dos Projetos), assim como as autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que sejam necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, observado que, nesta data, o alvará de localização e funcionamento da Emissora, a ser expedido pela Prefeitura Municipal de Sinop, encontra-se em processo de obtenção;

- (x) observado o disposto nas Cláusulas 5.2 e 5.3 desta Escritura, não contratar financiamento(s), sob qualquer modalidade que, somado(s) ao montante obtido em decorrência das Debêntures, excedam o valor total do orçamento elaborado para o desenvolvimento dos Projetos;
- (y) cumprir com a legislação ambiental em vigor aplicável a toda e qualquer medida necessária à realização dos Projetos, conforme seu estágio de desenvolvimento;
- (z) cumprir com a legislação trabalhista em vigor, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho infantil e análogo a de escravo e ao não incentivo à prostituição e adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social;
- (aa) proceder a todas as diligências exigidas para suas respectivas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (bb) contratar e manter contratada, durante toda a vigência das Debêntures, às suas expensas, empresa de engenharia especializada ("Consultor"), de acordo com relação prévia de empresas indicadas no Anexo II desta Escritura ("Empresas Autorizadas"), para: (a) observado o disposto na alínea (dd) abaixo, verificação da efetiva realização e evolução dos Projetos, envolvendo os investimentos já incorridos e a incorrer nos Projetos; e (b) elaboração de relatórios de medição dos Projetos, nos termos desta Escritura;
- (cc) substituir o Consultor, se for o caso, por: (i) qualquer das Empresas Autorizadas, ou (ii) no caso de empresa que não seja uma das Empresas Autorizadas, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, mediante envio, pela Emissora, de solicitação de aprovação nesse sentido, ao Agente Fiduciário com antecedência de 10 (dez) dias;
- (dd) manter arquivado e apresentar, mediante solicitação do Consultor, em cópia simples ou em formato PDF, todas as informações e documentos relativos aos Projetos, incluindo, sem limitação (em conjunto, "Documentos dos Projetos"): (i) documento descritivo dos Projetos aprovados junto aos órgãos públicos competentes, se aplicável; (ii) Cronograma Físico-Financeiro; (iii) Contrato de Concessão; (iv) licenças ambientais vigentes e outros documentos correlatos (incluindo mas não se limitando a laudos, estudos, relatórios, etc.) que comprovem a regularidade trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto à ausência de trabalho escravo e infantil, e ambiental da Emissora e dos Projetos; (v) licença/dispensa ambiental necessárias para a condução dos negócios da Emissora, conforme tais Documentos dos Projetos sejam necessários para a

elaboração pelo Consultor de relatório semestral a ser enviado ao Agente Fiduciário, atestando: (A) a utilização dos recursos obtidos por meio das Debêntures nos Projetos; e (B) a regularidade ambiental dos investimentos incorridos relacionados aos Projetos;

- (ee) aplicar os recursos obtidos por meio das Debêntures estritamente conforme a destinação de recursos descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura e, na hipótese de o Agente Fiduciário ser exigido, pelas autoridades competentes, a comprovar a destinação dos recursos, enviar ao Agente Fiduciário os documentos e informações necessários para referida comprovação em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário nesse sentido, ou em prazo inferior, de modo a possibilitar o cumprimento tempestivo, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer solicitações, efetuadas por autoridades governamentais competentes ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais;
- (ff) manter arquivados, separados, ordenados e disponíveis para verificação do Consultor, até a Data de Vencimento, as vias originais das notas fiscais e respectivos comprovantes de pagamentos e/ou outros documentos pertinentes, relativos à aplicação dos recursos nos Projetos,
- (gg) autorizar, desde que previamente agendado pelo Consultor, com antecedência mínima de 05 (cinco) Dias Úteis, vistoria dos Projetos pelo Consultor, a fim de: (i) verificar se existe coordenação entre as atividades dos responsáveis pela execução das diversas partes dos Projetos, de modo a assegurar o seu término, no prazo e nas condições indicadas nos Documentos dos Projetos; (ii) acompanhar o desenvolvimento dos Projetos, em suas diversas etapas e até sua conclusão; (iii) efetuar as medições de obras executadas, caso seja necessário; e (iv) enviar relatório ao Agente Fiduciário, com o resultado de sua vistoria e as sugestões que lhe parecerem necessárias para prevenir ou corrigir deficiências ou irregularidades que observar nos Projetos;
- (hh) caso o início dos Projetos seja prorrogado e/ou esteja atrasado, em relação ao cronograma físico financeiro, comunicar o Agente Fiduciário e o Consultor nesse sentido, apresentando novo cronograma físico financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, a contar da data em que verificou o descumprimento dos prazos referidos nesta alínea;
- (ii) caso seja constatado que os Projetos não estão obedecendo às especificações apresentadas pela Emissora ao Consultor, enquadrar os Projetos às especificações apresentadas por sua conta exclusiva, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Concessão, não podendo para isso utilizar-se dos recursos decorrentes das Debêntures;



- (jj) obtenção e manutenção de todas as licenças, outorgas e autorizações relevantes para a condução dos negócios da Emissora, especialmente as licenças ambientais necessárias para o Projeto conforme seu estágio de desenvolvimento;
- (kk) apresentação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva obtenção, de cópia simples ou em formato PDF de todas licenças necessárias para a condução dos negócios da Emissora, principalmente as licenças ambientais necessárias para o Projeto conforme seu estágio de desenvolvimento, quando aplicáveis, solicitadas por escrito pelo Consultor;
- (ll) (i) enviar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros, atos societários necessários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e (ii) prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a elaboração do relatório mencionado na alínea “m” da Cláusula 8.4.1 abaixo que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM, previsto na alínea “n” da Cláusula 8.4.1 abaixo;
- (mm) enviar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado do encerramento de cada semestre, ao Agente Fiduciário relatório, atestando que os recursos obtidos em razão das Debêntures estão sendo utilizados nos Projetos, devidamente licenciado sob o aspecto socioambiental, conforme modelo constante do **Anexo III** a esta Escritura, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado com relação às informações relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2015
- (nn) apresentar ao Agente Fiduciário informações sobre o Projeto, sempre que solicitado, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva solicitação.

7.1.1. Para fins do disposto na alínea (dd) da Cláusula 7.1 acima, a Emissora desde já concorda que o Agente Fiduciário limitar-se-á, a verificar o preenchimento dos requisitos formais constantes do relatório semestral enviado pelo Consultor. O Agente Fiduciário deverá verificar se as informações previstas na alínea (dd) da Cláusula 7.1 acima foram contempladas no relatório semestral enviado pelo Consultor, observado que o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes do relatório semestral elaborado pelo Consultor, ou ainda em qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do referido relatório, exceto pela informação prevista no item (A) da alínea (dd) da Cláusula 7.1 acima, com relação a qual o Agente Fiduciário será responsável por verificar se a utilização, nos Projetos, dos recursos obtidos por meio das Debêntures foi devidamente realizada pela Emissora mediante indicação neste sentido pelo Consultor no respectivo relatório semestral.



7.1.1.1. O Agente Fiduciário deverá enviar o relatório semestral elaborado pelo Consultor, em até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo recebimento, aos Debenturistas, nos endereços por eles indicados na Cláusula 7.1.1.2 abaixo.

7.1.1.2. Para que o Agente Fiduciário possa cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 7.1.1.1 acima, os Debenturistas deverão, na data de subscrição e integralização das Debêntures, enviar ao Agente Fiduciário, por e-mail, conforme informações previstas na Cláusula 11.1 abaixo, seus respectivos dados de contato. Uma vez que tenha recebido os dados de contato dos Debenturistas no prazo e forma previstos nesta Cláusula, o Agente Fiduciário não poderá se escusar da obrigação prevista nas Cláusulas 7.1.1. e 7.1.1.1. acima.

7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas, a Fiadora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Fiadora relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração assinada pelo diretor estatutário da Fiadora, nos termos de seu estatuto social, atestando: (1) o cumprimento ou não das obrigações da Fiadora descritas nesta Escritura, inclusive com relação aos Índices Financeiros, detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, e (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VI; (3) inexistência de descumprimento de obrigações da Fiadora perante os Debenturistas; e (4) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;

(ii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva entrega das demonstrações financeiras da Fiadora ao Agente Fiduciário, conforme previsto na Cláusula 7.1, item (a), alínea (i) acima, relatório preparado pela Fiadora, contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Fiadora, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da respectiva solicitação ou em menor prazo, conforme previsto nesta Escritura;



- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária nos termos ou condições desta Escritura;
- (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
- (e) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) recebida;
- (f) informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência, sobre qualquer evento que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (h) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (i) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável;
- (j) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;
- (k) efetuar o pagamento da Fiança, nos termos e prazos previstos nesta Escritura;
- (l) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (m) obter, observados os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Fiadora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Fiadora, das Obrigações Garantidas, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das Obrigações Garantidas; e



(n) tomar todas as medidas necessárias para:

(n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças, alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(n.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;

(n.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e

(n.4) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação, conforme do Decreto nº 61.867, de 11 de dezembro de 1967.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que também atuou e atua, nesta data, como agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de emissão da Fiadora ("2ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 25 de abril de 2015, perfazendo o valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sendo que até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, nos termos da respectiva escritura de emissão. Adicionalmente, na respectiva data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Fiadora são garantidas por: (a) garantia fidejussória da Engepav Engenharia e Comércio Ltda. ("Engepav"); (b) penhor, em primeiro grau, de ações detidas por "AEGEA Investimentos S.A." e por "Saneamento 100% Fundo de Participações" de emissão da Fiadora, que em conjunto, representam 54,39% (cinquenta e quatro inteiros e trinta e nove centésimos por cento) do capital social da Fiadora, garantia essa que, nesta data é compartilhada entre o International Finance Corporation e os debenturistas da 2ª Emissão da Fiadora; e (c) por cessão



fiduciária de 50% (cinquenta por cento) do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela "Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto", "Águas de Guaratuba S.A.", e Engepav, à Fiadora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão;

- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea (l) acima, bem como aos Debenturistas; e
- (n) que verificou, no momento em que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura (ou, no caso de agente fiduciário que venha a substituir o Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, a partir da data de assinatura do aditamento relativo à sua substituição), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros da Fiadora.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

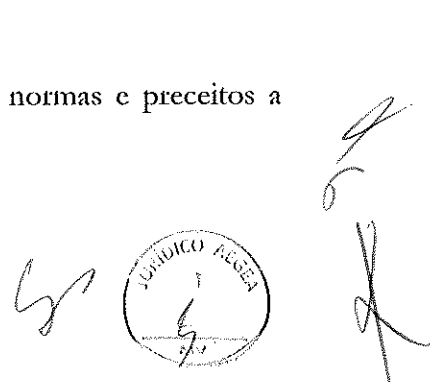
8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser (i) arquivado na JUCESP; e (ii) averbado à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos competentes CD'Ts.

8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

The bottom right of the page contains several handwritten signatures in black ink. Below the signatures is a circular stamp with the text 'JURÍDICO REGEM' around the perimeter and a stylized signature or mark in the center.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

m.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e

m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos



garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - n.1) na sede da Emissora;
 - n.2) na sede do Agente Fiduciário;
 - n.3) na CVM;
 - n.4) na CETIP; e
 - n.5) no endereço das instituição financeira que atuou como Coordenador Líder na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, estes últimos, a partir da data em que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) conforme necessário, orientar a Emissora no resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento, sobre a ocorrência de qualquer inadimplimento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores



esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;

- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento; e
- (u) disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.



8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais equivalentes a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura e as demais na mesma data dos anos subsequentes. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED na conta corrente de titularidade do Agente Fiduciário, a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do TED como prova de quitação do pagamento.

8.6.2. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

8.6.3. As parcelas citadas acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.6.4. Observado o disposto na Cláusula 8.7.5 abaixo, a remuneração acima referida não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação.

8.6.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso.

8.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8.7. Despesas



8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4.1. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário em decorrência do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicações em geral, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, com envio de documentos e extração de certidões;
- (c) custos incorridos em contatos telefônicos e *conference calls* relacionados à Emissão;
- (d) locomoções entre Estados da Federação, respectivas viagens, hospedagens, transportes, estadia e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas, desde que, sempre que possível, previamente autorizadas pela Emissora.

8.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas Cláusulas 8.7.3 e 8.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. As assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas") poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2. *Quorum* de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito desta Escritura, inclusive para constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui previstos, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. *Quorum* de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 e 9.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no *quorum* previsto da Cláusula 9.3.1 acima:

- (i) os *quorums* expressamente previstos em outras disposições desta Escritura; e
- (ii) a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (vi) termos e condições da Fiança, ou quanto a qualquer outra garantia que venha a ser constituída, no âmbito da Oferta Restrita.

9.3.3. As alterações dos *quorums* estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4. Mesa Diretora

9.4.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.5. Outras Disposições Aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas

9.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

10.1. A Emissora e a Fiadora, de forma individual, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, conforme aplicável, que:

- (a) a Emissora é sociedade por ações de capital fechado, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) a Fiadora é sociedade por ações de capital aberto, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, para celebrar esta Escritura, emitir as Debêntures ou prestar a Fiança, conforme aplicável, e cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (e) a celebração desta Escritura bem como a emissão das Debêntures, a prestação da Fiança e o cumprimento das obrigações previstas (i) não infringem o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora seja



parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, conforme aplicável; (iii) não resultará em vencimento antecipado e/ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos ou de qualquer obrigação neles estabelecida; (iv) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora, ou (v) não resultará na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data;

- (f) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto pelo alvará de localização e funcionamento da Emissora, a ser expedido pela Prefeitura Municipal de Sinop, a qual, nesta data, encontra-se em processo de obtenção;
- (g) a Emissora e a Fiadora estão cumprindo todas as leis regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes em relação à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das atividades da Emissora e a Fiadora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades relacionadas a seu respectivo objeto social;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora disponibilizadas representam corretamente a posição financeira da Emissora e da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe qualquer Evento de Inadimplemento;
- (j) a Emissora e a Fiadora não possuem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que (i) tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) vise a anular, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura e as Debêntures;
- (k) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 acima e, no caso da Fiadora, a Fiança;

- (m) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e/ou da Fiadora (conforme aplicável), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (n) as informações prestadas pela Emissora e pela Fiadora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora e pela Fiadora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento na JUCEMAT, da ata da AGE da Emissora e na JUCESP da RCA da Aegea; (ii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCEMAT e nos competentes CDTs; e (iii) pelo registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura.
- (p) não omitiram qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou da Fiadora em prejuízo dos Debenturistas; e
- (q) inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora, pela Fiadora e/ou suas respectivas controladas.

10.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela e/ou pela Fiadora (conforme o caso), nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e aos Debenturistas no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ÁGUAS DE SINOP S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano
São Paulo, SP

At.: Sra. Sílvia Letícia Tesseroli / Sr. Bruno Cabral

Tel.: (11) 3818-8127 / (11) 3818-8164

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: op.financeiras@aegea.com.br

Para a Fiadora:

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano
São Paulo, SP

At.: Sra. Sílvia Letícia Tesseroli / Sr. Bruno Cabral

Tel.: (11) 3818-8127 / (11) 3818-8164

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: op.financeiras@aegea.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

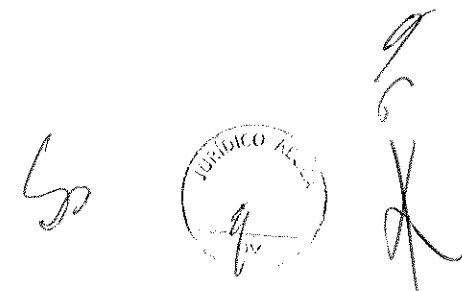
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Olavo Setúbal
CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas

11.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer



outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Aditamentos

11.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário, inscritos na JUCEMAT e averbados à margem do registro desta Escritura nos CDTs competentes, nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.5.1 acima.

11.6. Correção Monetária

11.6.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, os valores de referência em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário Atualizado ou a Remuneração.

11.7. Outras Disposições

11.7.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.7.2. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.

11.7.3. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.7.4. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.8. Lei Aplicável

11.8.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

11.9.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 29 de janeiro de 2015.

(O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)



(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de Sinop S.A.)

ÁGUAS DE SINOP S.A.

S. Leseschi

Nome:

Cargo:

Ami

Nome:

Cargo:



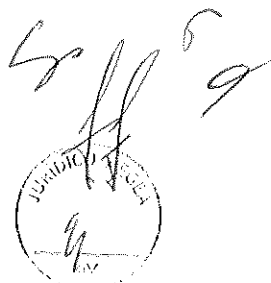
(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de Sinop S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:


Kelson Thales Cruzelro Prates
Procurador


Circular stamp with text "JURADO" and "1994" and a handwritten signature.

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de Sinop S.A.)

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Marcelo Roberto Passos Vianna Filho
RG 08636914-90 SSP/BA
CPF 019.448.335-52

Nome:

CPF:

Alexandre Coelho Matias
RG 28.405.881-6 SSP/SP
CPF 375.604.978-70



**ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO DA ÁGUAS DE SINOP S.A.**

Item	Serviços	2015 Total	2016 Total	2017 Total	Total
TOTAL DE INVESTIMENTOS		15.710.688	51.031.762	11.265.227	78.007.677
1	ÁGUA	2.180.396	3.416.396	954.360	6.551.152
1.1	PRODUÇÃO	-	660.000	440.000	1.100.000
1.2	ADUÇÃO	756.000	684.000	90.000	1.530.000
1.3	RESERVAÇÃO	-	-	-	-
1.4	DISTRIBUIÇÃO	1.116.000	1.764.000	144.000	3.024.000
1.5	LIGAÇÃO DOMICILIAR - ÁGUA	308.396	308.396	280.360	897.152
1.6	PROJETOS DIVERSOS	-	-	-	-
2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	8.334.000	45.029.902	9.414.162	62.778.064
2.1	ETE - TRATAMENTO DE ESGOTO	6.300.000	10.133.200	-	16.433.200
2.2	EEE - ELEVATÓRIAS	1.392.000	1.856.000	-	3.248.000
2.3	LINHA DE RECALQUE	192.000	1.152.000	384.000	1.728.000
2.4	INTERCEPTORES	-	5.886.000	2.943.000	8.829.000
2.5	REDE COLETORA	-	21.161.452	4.883.412	26.044.864
2.6	LIGAÇÃO DOMICILIAR - ESGOTO	450.000	4.841.250	1.203.750	6.495.000
3	OUTROS INVESTIMENTOS	5.196.292	2.585.464	896.705	8.678.461
3.1	QUALIDADE	320.000	170.000	-	490.000
3.2	MEIO AMBIENTE	-	-	-	-
3.3	TI	23.000	-	11.500	34.500
3.4	COMERCIAL	2.315.792	570.464	311.872	3.198.128
3.5	ESGOTAMENTO SANITÁRIO - OUTROS	-	300.000	-	300.000
3.6	EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA	890.000	715.000	310.000	1.915.000
3.7	COMBATE A PERDAS	920.000	300.000	60.000	1.280.000
3.8	MELHORIAS OPERACIONAIS	367.500	120.000	60.000	547.500
3.9	INSTITUCIONAL	360.000	410.000	143.333	913.333
3.10	RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-



**ANEXO II AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA
EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO DA ÁGUAS DE SINOP S.A.**

RELAÇÃO DE CONSULTORES APROVADOS

Campo Grande/MS	
Eduardo Aleixo Engenharia de Avaliações Ltda. Rua Dr. Bezerra de Menezes, 855 Campo Grande – MS Telefone: (0xx67) 3213-3655 e 9257-7530 E-mail: ealeixo@terra.com.br Contato: Eduardo Aleixo CNPJ: 36804870-0001-60	
Rio de Janeiro/RJ	
Praxis Avaliação Patrimonial (Embrap e Praxis) Rua Conde de Bonfim, 106 Sl. 205 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20520-053 Telefone: (0xx21) 2254-9962 e 2568-1520 E-mail: embrap@embrappraxis.com.br Contato: Fábio Giovanni ou Daniel Pecorelli CNPJ: 02.393.061/0001-91	RJ Martins Arquitetura Ltda. Rua da Alfândega, 115 - sala 706/707 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20070-001 Telefone: (0XX21) 2509-8067 E-mail: mjbm62@hotmail.com Contato: Marcio Martins CNPJ: 01925230/0001-24
Teresópolis /RJ	
SFA Perícias, Avaliações, Consultorias e Gerenciamentos Técnicos Ltda. Avenida Lúcio Meira, nº 36 Sala 104 - Várzea - Teresópolis - RJ Telefone: (0xx21) 2642-0170 e 2642-3025 Celular: (0xx21) 7725-4220 E-mail: direct@sfapericias.com.br Contato: Plínio Tourinho ou Rita Tourinho CNPJ: 07.437.995/0001-00	
São Paulo/SP	



<p>Adefi Consultoria de Imóveis Ltda. Rua José César de Oliveira, 181 3º andar - Sala 305 - São Paulo - SP CEP: 05317-000 Telefone: (0XX11) 3168-2595 / Fax: (0XX11) 3071-2944 / Celular: (0XX11) 9971-3217 E-mail: Adeficonsultoria@terra.com.br e Ademiradelungue@hotmail.com Contato: Ademir Domingos CNPJ: 05.681.708/0001-79</p>	<p>Agroprecisão Avenida 15 de Outubro, 1118 - Jd. Aeroporto - Ilha Solteira - SP - CEP: 15385-000 Telefone: (0XX18) 3743-3459 / Fax: (0XX18) 3742-5115 / Celular: (0XX18) 9132-0864 E-mail: Elton@agroprecisao.com.br Contato: Elton CNPJ: 07.472.272/0001-42</p>
<p>Ambienta Avenida Doutor Guilherme Dumont Villares, 1.715 - CJ2D CEP: 0564-003 Telefone: (0XX11) 3501-1344 E-mail: robertoambienta.com.br Contato: Roberto CNPJ: 05.767.623/0001-08</p>	<p>Cushman & Wakefield Rua Alameda Araguaia - Alphaville Industrial - Barueri - SP CEP: 06455-000 Telefone: (0XX11) 5501-5464 E-mail: rogerio.cerreti@sa.cushwake.com Contato: Rogério CNPJ: 03.906.579/0001-44</p>
<p>CB Richard Ellis S.C. Ltda. Rua Alexandre Dumas 1711 - 7º andar - Chácara Sto. Antonio - São Paulo - SP CEP: 04717-004 Telefone: (0XX11) 5185-4684 Fax: (0XX11) 5181-6947 E-mail: william.gil@cbre.com.br Contato: William CNPJ: 51.718.575/0001-85</p>	<p>Colliers International Rua das Olimpíadas, 205 - 1º andar - São Paulo - SP CEP: 04551-000 Telefone: (0XX11) 3323-0000 E-mail: andre.strumpf@colliers.com Contato: André CNPJ: 02.636.857/0001-28</p>
<p>DLR Engenheiros Associados Ltda. Alameda Santos, 1470 - Cerqueira César - São Paulo-SP CEP: 01418-100 Telefone/fax: (0XX11) 3145-1616 E-mail: dir@dir.com.br e Luizrocha@dir.com.br Contato: Dárcio CNPJ: 00.100.002/0001-52</p>	<p>ELO Engenharia C e Cons Ltda. Rua Dr. Washington Luís, 456 - Centro - Guarulhos - SP CEP: 07013-020 Telefone: (0XX11) 2468-8640 E-mail: flavio@eloengenharia.com.br; eloengenharia@eloengenharia.com.br Contato: Flávio / Fernanda CNPJ: 71.584.338/0001-86</p>



<p>Engenav - IM Avaliação e Perícia de Imóveis Ltda. Rua Tuiuti, 2403 - Sala 13 - 2º Andar - São Paulo - SP CEP: 03307-000 Telefone: (0XX11) 2293-5273 Celular (0XX11) 9987-8199 E-mail: oliveira.jorgeluiz@terra.com.br Contato: Jorge Luiz ou Roseli Bicudo CNPJ: 03.175.683/0001-06</p>	<p>Engscan Engenharia e Comércio Rua Miguel Mentem, 204 -1º Andar - Vila Guilherme - São Paulo - SP CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 3571-5387 Celular: (0XX11)9933-6768 E-mail: jsccandura@engscan.com.br e engscan@engscan.com.br Contato: João Carlos Scandura CNPJ: 005.691.144/0001-55</p>
<p>Galache Engenharia Ltda. Avenida Padre Anchieta, 642 - Bairro Jardim - Santo André - SP - CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 4990-1515 Celular: (0XX11)8188-0751 E-mail: tales@galache.com.br ; marcelo@galache.com.br Contato: Tales / Marcelo CNPJ: 02.358.652/0001-28</p>	<p>GHR Engenheiros Associados Ltda. PRAÇA DA SÉ, 21 - Conj. 808 - Centro - São Paulo-SP - 01001-001 CEP: 01001-001 Telefone/fax (0XX11) 3101-4526 Celular: (0XX11) 9848-5650 e (0XX11) 9512-9524 Contato: Luiz Henrique Maria Geny E-mail: ghrengeheiros@terra.com.br CNPJ: 00.810.715/0001-00</p>
<p>Global City Engenharia Ltda. Avenida Antônio Diederichsen nº 400 – Mezanino Salas 16,17 e 18 – Edifício Metropolitan – Jardim América – Ribeirão Preto CEP: 14020-250 Telefone/fax: (0XX16) 3602-7888 Contato: Kledson / Bruno E-mail: avaliaco@globalcity.com.br ; kledson@globalcity.com.br CNPJ: 10.679.890/0001-63</p>	<p>Engecate Engenharia Ltda. Rua Chile, 1711 - Sala 500- Jardim Santa Ângela - Ribeirão Preto - SP CEP: 14020-610 Telefone/fax: (0XX16)3441-1899 Celular: (0XX16) 9978-4461 E-mail: gustavo@engecate.com.br Contato: Gustavo CNPJ: 10.679.890/0001-63</p>
<p>Hilco Appraisal Brasil S4 Rua Joaquim Floriano, 733 - Conj. 2-A - 2º Andar - Itaim Bibi CEP: 04534-012 Telefone/fax: (0XX11) 2666-3980 E-mail: marcos.contato@hilcoapraisas.com.br e alopez@hilcoapraisas.com.br Contato: Antonio CNPJ: 13.311.565/0001-31</p>	<p>Holler Avaliações e Pericias S/S Ltda. Rua Votupoca, 157 - Vila Ipojuca - São Paulo-SP CEP: 05055-000 Telefone/fax: (0XX11) 3647-9950 Contato: Denise E-mail: Denise.holler@terra.com.br CNPJ: 30.320.092/0001-80</p>



<p>Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda. Rua Araguari, nº 817, Conj. 76- Moema - São Paulo - SP CEP: 04514-041 Telefone/fax: (0XX11) 5090-6020 e 5090-6023 Celular: (0XX11) 99678-5060 E-mail: Carla@mercattoltda.com.br Contato: Carla Petroni / Marcos Augusto Silva e Rosana Murakami CNPJ: 65.030.348/0001-77</p>	<p>NR Guimarães Arquitetura S/C Ltda. Rua Piracuatma, 262 – 63 – Perdizes – São Paulo - SP CEP: 04363-050 Telefone/fax: (0XX11) 3676-1212 e (0XX11) 3105-6905 Celular: (0XX11) (11) 8353-7330 E-mail: nrguimaraesarqltda@hotmail.com ; nrguimaraesarqltda@gmail.com Contato: Rosely CNPJ: 03.365.831/0001-55</p>
<p>Pan Serviços de Administração Rua Augusto Tolle, 901 – Santana – São Paulo – SP CEP: 02405-001 Telefone: (0XX11) 2679-5589 E-mail: leandro.braconaro@panadm.com.br Contato: Leandro CNPJ: 09.541.408/0001-45</p>	<p>RN Consultoria e Engenharia de Avaliações Ltda. Rua Carlos Comenale, 263 - 4º andar - Bela Vista/ SP CEP: 01332-030 Telefone/fax: (0XX11) 3541-3887 Celular: (0XX11) 9941-5524 e (0XX11) 8381-4671 E-mail: rnconsult@rnconsult.com.br e rocooke@terra.com.br Contato: Ana Maria Rosangela CNPJ: 01.787.361/0001-92</p>
<p>WRB Tecnologia Ltda. Rua Praia do Castelo, 85/92 – Vila Mascote – São Paulo - SP CEP: 04362-020 Telefone: (0XX11) 5011-8044 e 5565-1026 Fax: (0XX11) 5011-7715 Celular: (0XX11) 9966-1784 E-mail: wrbtecon@ig.com.br; wrbtecon@terra.com.br Contato: Roséle Bengnardi CNPJ: 03.344.760/0001-04</p>	



RELATÓRIO AMBIENTAL

[illegible]

- 1) A primeira averiguação deverá abranger o período correspondente aos 12 meses anteriores à celebração da escritura da CCB
- 2) As averiguações seguintes deverão abranger o período de 6 meses após a data final do período anterior de averiguação
- 3) Para os Investimentos que necessitem de licença ambiental, citar na coluna "Licença correspondente" qual é esta licença e anexar uma cópia da mesma ao relatório
- 4) Para investimento que não necessitam de licença ambiental, citar na coluna "Legislação ou dispensa" se há uma dispensa ou quais leis (estadual, federal e municipal) dispensam o licenciamento ambiental e anexar cópia das mesmas ao relatório.

